

PROTOCOLO 202064234

PARECER Nº 242/2020

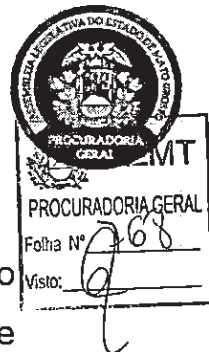
ADESÃO CARONA Nº 003/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020/UNEMAT, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019/UNEMAT, REALIZADO PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT) – PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS VIA TERRESTRE, POR MEIO DE FIBRA ÓTICA, PARA ATENDER À DEMANDA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO – PELA POSSIBILIDADE DA ADESÃO, COM RESSALVAS.

I- RELATÓRIO

1

Trata-se do Memorando nº 313/2020/SGEL (fls. 764/765) encaminhado a esta Procuradoria, no qual se solicita parecer quanto à adesão carona à Ata Registro de Preços nº 002/2019/UNEMAT, da Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT, e cujo objeto é a prestação de serviço de dados, via terrestre, por fibra ótica, para acesso à rede mundial de computadores (internet), incluindo circuitos dedicados de comunicação de dados (locação de equipamentos, gerenciamento com suporte e solução de problemas); solução integrada de segurança (anti DDOS e FIREWALL UTM); solução de videoconferência e solução de gerenciamento e distribuição da rede sem fio (controladora de pontos de acesso).

Constam dos autos, em síntese: Memorando nº 319/2020/STI/ALMT (fls. 02/03); Cópia da Ata de Registro de Preços nº



002/2020/UNEMAT e publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (fls. 04/15); Memorando nº 631/2020/SG (fl. 16); Autorização de Adesão Carona (fl. 17); Memorando nº 647/2020-SG (fl. 18); Memorando nº 261/2020/SGEL (fl. 19); Termo de Referência nº 006/2020-STI (fls. 20/68); Termo Aditivo ao Contrato nº 564/2015 – Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT (fls. 68/71); Proposta de preços – GVR Telecom (fl. 72); Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2018 – Governo do Estado do Acre (fls. 73/75); Consultas sistema APLIC TCE/MT (fls. 76/77); Consultas ao Sistema COMPREASNET (fls. 78/79); Planilha para comprovação da vantajosidade (fl. 80); Despacho nº 001/2020/STI (fl. 81); Memorando nº 532/2020/STI/ALMT (fls. 82/83); Ofício GGM/APL/nº 0108/2020 (fls. 84/85); Ofício GGM/APL/nº 0107/2020 (fls. 86/87); Cópia de e-mails encaminhando ofício (fls. 88/89); Ofício da OI SOLUÇÕES – autoriza adesão carona UNEMAT (fls. 90/91); E-mail UNEMAT – autoriza adesão carona (fls. 92/93); Portal de Serviços TCE/MT – autorização de Ata de Registro de Preços (fl. 94); Documentos relativos à habilitação da empresa Oi Móvel S/A, incluindo estatutos, cópia de processo de recuperação judicial e Atas de Assembleias Extraordinárias (fls. 95/248); (Volume 2) Documentos relativos à habilitação da empresa Oi Móvel S/A, incluindo estatutos, cópia de processo de recuperação judicial e Atas de Assembleias Extraordinárias (fls. 249/302); Certidão positiva de débitos trabalhistas com efeito de negativa (fls. 303/304); Atestado de Capacidade Técnica fornecido por GAZIN – Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda. (fls. 305/306); Declaração inerente ao artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (fl. 307); Declaração de inexistência de servidores públicos no quadro de empregados exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (fl. 308).

2

Benedito César Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23992





Declaração de inexistência de fato impeditivo (fl. 309); Declaração de que não foi declarada inidônea para contratar com o poder público (fl. 310); Declaração de que possui estrutura adequada para o atendimento ao objeto licitado (fl. 311); Documentos pessoais dos representantes da empresa (fls. 312/313); Cópia de procuração (fls. 314/323); Certidão de cadastro fiscal no Distrito Federal (fls. 324/332); Documentos relativos à habilitação da empresa Oi Móvel S/A, incluindo estatutos, cópia de processo de recuperação judicial e Atas de Assembleias Extraordinárias (fls. 333/499); (Volume 3) Documentos relativos à habilitação da empresa Oi Móvel S/A, incluindo estatutos, cópia de processo de recuperação judicial e Atas de Assembleias Extraordinárias e certidão de registro junto ao SINREM (fls. 500/704); Análise dos documentos de habilitação (fls. 705/710); Memorando nº 0312/2020/SGEL (fl. 711); Memorando nº 441/2020-SPOF (fl. 712); (volume 4) Minuta de Contrato (fls. 713/761); Instrução do Processo Licitatório (fls. 762/763); Memorando nº 313/2020/SGEL (fls. 764/765).

3

É o essencial a relatar. Passo a opinar.

II- FUNDAMENTOS

Análise da Procuradoria da Assembleia

Este parecer limitar-se-á a analisar a regularidade do procedimento licitatório sob a ótica jurídica.

Tal análise é uma imposição da Lei 8.666/93, que assim dispõe:


Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23092

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (g.n.)

Portanto, todas as minutas de editais de licitação e de contratos, acordos, convênios ou ajustem devem ser examinados previamente pelo setor jurídico do órgão.

4

Essa análise tem por objetivo prevenir a produção de atos irregulares, que possam ser questionados e até mesmo anulados posteriormente. Também visa afastar condições que prejudiquem a competitividade, acarretando prejuízos aos cofres públicos.

Desse modo, a atuação da Procuradoria da Assembleia tem por missão proteger o patrimônio público de qualquer cláusula ou condição jurídica que frustre a busca da proposta mais vantajosa ou que implique em responsabilidade civil por prática de ato ilícito.


Benedito César Pereira Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23392

Do Sistema de Registro de Preços

Preliminarmente, insta abordar a sistemática do Sistema de Registro de Preços. Conforme Manual de Orientações e Jurisprudência do TCU:

Trata-se de cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante prévio processo de licitação, para eventual e futura contratação de bens e serviços por parte da Administração. (...) No registro de preços, a licitação direciona-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, que poderão ser realizadas, por repetidas vezes, durante certo período (pg. 243).

Cuida-se, deste modo, de processo de cadastro de produtos e fornecedores para eventual e futura contratação pela Administração. Ocorre mediante processo licitatório nas modalidades concorrência ou pregão, do tipo menor preço, após ampla pesquisa de mercado.

Realizada a licitação, registram-se os preços e condições na Ata de Registro de Preços. O instituto possui previsão na Lei nº 8.666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 88992

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

6

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23992



§ 5o O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6o Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado. (...) – (grifamos)

A Lei nº 10.520/02, que institui o pregão, traz a possibilidade de o registro de preços também se dar por meio desta modalidade licitatória:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico. (grifamos)

7

Regulamentando a Lei de Licitações, foi editado o Decreto nº 7.892/13, dispondo acerca do Sistema de Registro de Preços em âmbito federal.

No âmbito do Estado do Mato Grosso, encontra-se o Decreto nº 840/2017, que regulamenta as aquisições de bens, serviços e locação de bens móveis no Poder Executivo.

Nota-se que inexistente regulamentação específica do Poder Legislativo do Estado do Mato Grosso acerca do Registro de Preços, o que não inviabiliza sua utilização, visto que a previsão na Lei nº 8.666/93 é autoaplicável.

Assim entendeu o Superior Tribunal de Justiça:

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Metrícula 43932

2. Embora auto-aplicável, o art. 15 da Lei 8.666/93 pode sofrer limitações por regulamento estadual ou municipal, como previsto no § 3º. [...]

A recorrente, invocando a lição do Professor Marçal Justen Filho, argumenta ser autoaplicável o art. 15 da Lei 8.666/93. Efetivamente, essa é a afirmação do ilustre doutrinador, ao comentar a Lei de Licitações, por entender que a disciplina da lei seria suficiente para se restituir o sistema de registro de preços, dando ela solução à quase totalidade das indagações.

Entretanto, enfatiza a utilidade de uma regulamentação em nível estadual ou municipal, para que sejam atendidas as peculiaridades regionais. E, como as pessoas jurídicas de Direito Público — leia-se Estados e Municípios —, estão demorando para expedir os seus decretos, adverte o comentarista aqui festejado que isto não significa que o registro de preços só possa ser aplicado mediante prévia regulamentação. Esclarecido o alcance da auto-aplicabilidade do art. 15, vejamos (...) - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 15.647/SP. Relator: Eliana Calmon. DJ: 25/03/2003.

8

Quanto ao procedimento intitulado “adesão carona”, assim dispõe o Decreto Federal nº 7.892/2013:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

(...)

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos

Benedito César Gonçalves Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23992

procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

(...)

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

9

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

(...)

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

(...)

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23092



§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

Depreende-se do Decreto supra que órgãos que não participaram da licitação do registro de preços podem utilizar a respectiva ata para realizarem suas contratações, desde que observados os requisitos lá mencionados.

Deverá ser obtida anuência do órgão gerenciador da Ata para a sua utilização. Também deve ser obtida a aceitação do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços.

A contratação deve ser realizada dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

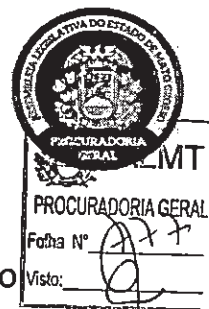
10

Antes da adesão, o órgão não participante deve comprovar a vantagem na utilização da ata, ou seja, deve comprovar, através de pesquisa de preços, que a adesão à ata é vantajosa.

Observadas essas prescrições legais, é perfeitamente possível utilizar ata de registro de preços oriunda de licitação realizada por outro órgão, mesmo que o aderente não tenha participado da licitação.

Na Ata de Registro de Preços nº 002/2019/UNEMAT, da Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT, há autorização expressa para sua utilização por órgãos não participantes da licitação, conforme se depreende da Cláusula 04 (fl. 7).

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Metrôpolis 03/09/2019



Deste modo, mostra-se permitida a utilização do Sistema de Registro de Preços com base na legislação nacional.

In casu, pretende a Assembleia Legislativa aderir à Ata de Registro de Preços nº 002/2019/UNEMAT, oriunda do Pregão Presencial nº 001/2019/UNEMAT, para Registro de Preços.

No tocante à validade do registro de preços, nota-se que ela é de 12 meses, a contar da data de publicação da referida Ata (Cláusula 65, item 6.1 – fl. 8).

A data de publicação da referida Ata é a de 27 de janeiro de 2020, segundo cópia de publicação do Diário Oficial do estado de Mato Grosso (fls. 13/15).

11

Deste modo, conclui-se estar ainda vigente a referida Ata, sendo possível a adesão.

Por último, ressalta-se a importância da juntada ao processo da pesquisa de preços. É este o entendimento do TCU:

Auditoria. Planejamento da contratação. Licitação. Toda contratação, inclusive as realizadas por meio de adesões a atas de registro de preço, devem ser precedidas de ampla pesquisa de mercado, visando caracterizar sua vantagem sob os aspectos técnicos, econômicos e temporais, sem prejuízo de outras etapas do planejamento. Determinação. – Acórdão 1793-27/11-Plenário. (grifamos)

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23992

Vale ressaltar que esta Casa de Leis, vinha se valendo apenas de orçamentos obtidos junto a potenciais fornecedores para comprovar a ampla pesquisa de preços. Esta Procuradoria, em pareceres anteriores, orientou, embora de forma não vinculante inicialmente, que se buscassem outras fontes de pesquisa de preços, nos termos da jurisprudência do TCU, tais como contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, mídias e sítios eletrônicos especializados, portais oficiais de referenciamento de custos.

Seguindo essa linha, em decisão vinculante de 09/08/2016 tomada na **Resolução de Consultanº 20/2016**, o **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso** decidiu que a pesquisa de preço não pode se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores. Vejamos o julgado:

12

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 20/2016 – TP Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS.

1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas;

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula 25.192

**ALMT**
Assembleia Legislativa



outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

À folha 80 consta a Planilha para Comprovação da Vantajosidade, oriunda da Equipe de Cotação de Preços da Casa, asseverando que “a pesquisa de preço de referência adotou amplitude e rigor metodológico, conforme estabelecida na *Resolução de Consulta nº 20-2016 do TCE/MT*”.

Ademais, ainda neste ponto, deve-se dar preferência por bancos de dados de preços praticados pela Administração, conforme entendimento do TCU:

13

Se não for possível obter preços de referência nos sistemas oficiais, deve ser realizada pesquisa contendo o mínimo de três cotações de empresas ou fornecedores distintos, fazendo constar no respectivo processo de licitação a documentação comprobatória dos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. AC-3280-54/11-P.

É obrigatória, nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade, a consulta dos preços correntes no mercado, dos fixados por órgão oficial competente ou, ainda, dos constantes em sistema de registro de preços. A ausência de pesquisa de preços configura descumprimento de exigência legal. AC-2380-34/13-P.

Benedito (Ass.)
Procurador
Maurício
Área Carvalho
Ass. Legislativa
23892

Com efeito, constam dos autos orçamento e pesquisa de preços públicos (fls. 68/79), conforme o Despacho nº 001-2020/STI (fl. 81), da referida Equipe de Cotação de Preços, que atesta a realização de pesquisa de preços nos sítios eletrônicos COMPRASNET, BANCO DE PREÇOS e PAINEL DE PREÇOS.

Além do orçamento feito junto à GVR Telecomunicações e Serviços, foram encontrados preços públicos, consistentes no Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2018 – Governo do Estado do Acre, e o 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 564/2015, da Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Vale destacar que consta dos autos a anuência do Órgão Gerenciador da Ata nº 002/2020/UNEMAT (fls. 92/93).

Consta também dos autos a anuência da empresa fornecedora (fls. 90/91).

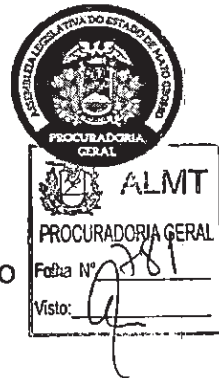
Salienta-se, por fim, que não se adentrou na análise da regularidade do processo licitatório originário do Registro de Preços, limitando-se à questão da possibilidade de adesão à Ata de outro órgão.

Quanto à fase interna, verifico que há um termo de referência (fls. 20/68), contendo a justificativa da licitação, a descrição do objeto e dos itens do certame e as quantidades a serem licitadas.

Constam ainda, dos autos, a devida autorização da Mesa Diretora da Casa para a pretendida adesão (fl. 17), bem como a

Benedito César Carneiro
Procurador Geral do Estado
Mato Grosso

**ALMT**
Assembleia Legislativa



informação acerca da disponibilidade orçamentária para a contratação advinda da mencionada adesão (fl. 712).

É de se consignar ainda que está presente nos autos minuta do contrato (fls. 713/761) a ser celebrado com a empresa fornecedora constante da Ata de Registro de Preços objeto do feito em tela, o que atende ao que prescreve a lei.

Da análise da minuta do Contrato e das Cláusulas Necessárias

Segundo o artigo 55 da Lei de Licitações, que rege as cláusulas necessárias dos contratos administrativos, temos:

15

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução,


Benedito César Lopes Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23992
 **ALMT**
Assembleia Legislativa



quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16

O quanto disposto nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XII e XIII estão devidamente previstos na minuta do contrato constante dos autos. O disposto nos incisos X e XI, por sua vez, é inaplicável ao caso.

Ressalva a ser feita na **cláusula primeira**, onde conta que o contrato deriva da Ata de Registro de Preços nº 002/2019/UNEMAT, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2019/UNEMAT.

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 22092

Ocorre que o número da Ata de Registro de Preços decorrente do citado Pregão é o de 002/2020/UNEMAT, o que deve ser corrigido.

Demais disso, no que concerne à **cláusula nona**, relativa à vigência contratual, consta no item 9.1 a vigência de 36 (trinta e seis) meses.

Ocorre que, segundo expressa disposição legal, constante do artigo 57 *caput* da Lei Geral de Licitações, a saber:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

17

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III - (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 13500

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

Ademais, há previsão no Decreto estadual nº 840/2017, o qual regulamenta as modalidades licitatórias vigentes, às aquisições de bens, contratações de serviços, locações de bens móveis, imóveis e o Sistema de Registro de Preço no Poder Executivo Estadual, o Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências, no sentido da observância no art. 57 da Lei 8.666/93, quando da adesão a atas de registro de preços, *verbis*:

18

Art. 65. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23092

§ 3º Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§ 5º Os contratos assinados durante a vigência da Ata de Registro de Preços não serão afetados pelo fim do prazo de validade, permanecendo as obrigações pactuadas nos termos do contrato. (grifo nosso)

Destarte, em consonância com a determinação da legislação vigente, o prazo dos contratos administrativos (salvo raríssimas exceções, devidamente justificadas), devem se ater à vigência dos respectivos créditos orçamentários, os quais são anuais.

19

Assim, deve a cláusula nona ser modificada para contar a vigência do contrato como sendo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

III. PARECER

ANTE O EXPOSTO, opino pela **viabilidade de adesão à Ata de Registro de Preços** nº. 002/2020/UNEMAT, da Universidade Estadual de Mato Grosso, **condicionada** aos apontamentos feitos no presente parecer.

Benedito César Corrêa da Silva
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 82492

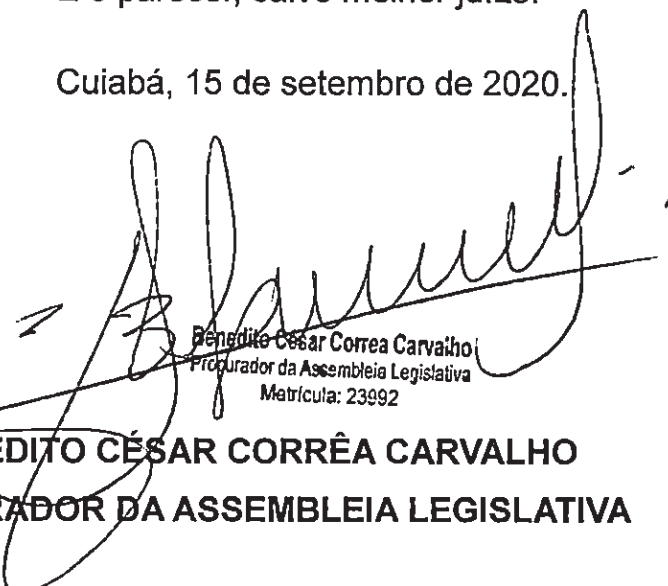
Informo que a Administração deve exigir da contratada toda a documentação de que tratam os artigos 27 a 32 da Lei 8.666/93, bem como verificá-la, **no momento da contratação**, com certidões dentro do prazo de validade.

Ressalto que o parecer se restringiu a analisar o procedimento sob o aspecto jurídico, não adentrando nas questões técnicas e econômicas do objeto, nem nas questões de conveniência e oportunidade da contratação, por escapar da área de atuação da Procuradoria da Assembleia Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

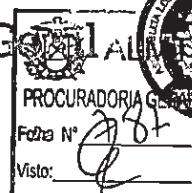
20

Cuiabá, 15 de setembro de 2020.



Benedito César Correa Carvalho
Procurador da Assembleia Legislativa
Matrícula: 23992

BENEDITO CÉSAR CORRÊA CARVALHO
PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Cuiabá, 15 de setembro de 2020.

Da: Gerência de Apoio Jurídico– PG/ALMT
Para: Procurador-Geral
Procurador(a): Dr. Ricardo Riva
Assunto: Encaminha processo para última análise

Senhor Procurador,

Encaminho a Vossa Senhoria o processo n. 202064234 – 04 Volumes para última análise, nos termos da Portaria nº 08/2017/PG/ALMT.

Respeitosamente,



Breno de Almeida Fernandes
Assessor Técnico Jurídico
Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa

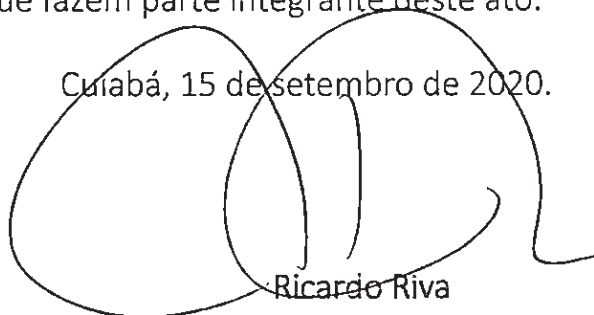


Protocolo nº 202064234

DESPACHO

RATIFICO o parecer n. 242/2020 da lavra do Subprocurador-Geral Administrativo Dr. Benedito César Corrêa Carvalho, por seus próprios fundamentos, que fazem parte integrante deste ato.

Cuiabá, 15 de setembro de 2020.



Ricardo Riva

Procurador-Geral da Assembleia Legislativa